

41 ANOS DO GOLPE Ao contrário de outros anos, Força só fez menção implícita a 64, dizendo que sempre visou elevados interesses nacionais

Exército muda tom e ignora 31 de março

IURI DANTAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Na ordem do dia divulgada ontem sobre o 31 de março — dia do golpe militar, em 1964 —, o Exército não fez referência à ditadura como era praxe nos comunicados anteriores. Em vez disso, adotou tom mais ameno, informando que o Exército, quando chamado a agir, “sempre o fez objetivando exclusivamente os mais elevados interesses nacionais”.

Assina o informativo o general-de-divisão Antônio Gabriel Éper, o mesmo que, em outubro de 2004, assinou nota polêmica, pois justificava a violência dos militares contra grupos que se opunham à ditadura. Éper é o chefe da comunicação da Força.

A nota de outubro foi uma resposta à divulgação de fotos identificadas como sendo do jornalista Vladimir Herzog, que na verdade mostravam o padre canadense Leopoldo D’Astous, também considerado inimigo do regime, fotografado em situações humilhantes ao lado de uma freira. O tom da nota à época desagradou ao governo, e a crise resultou na demissão do então ministro da Defesa, José Viegas, que não havia autorizado o texto previamente.

O comunicado de ontem contém referências apenas implícitas à “revolução de 64”, modo como o Exército denomina o golpe militar. E à transição negociada pela qual o país deixou a ditadura em 1985 e retomou a prática democrática das eleições gerais. “Essa nossa contribuição para o esforço de construção e desenvolvimento do Brasil ocorre em clima de entendimento, concórdia e conciliação, que une a todos nós, irmãos brasileiros”, diz o texto.

Antes de citar exemplos da ação do Exército — como a campanha da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na 2ª Guerra

Mundial —, Éper afirma que a Força “vem escrevendo páginas gloriosas na história do Brasil”.

As frases do comunicado contrastam com a de informativos anteriores. Em 2004, por exemplo, o comandante do Exército dizia: “[Você, soldado,] chegou a uma República independente e livre, em contínuo aperfeiçoamento, no caminho democrático. Não lhe faltam méritos nem vontade nem coragem para ultrapassar os difíceis momentos, como aqueles de 31 de março de 1964”.

Mais à frente, segundo o comunicado de 2004, o comandante, que foi nomeado por Luiz Inácio Lula da Silva, prossegue: “Veja o 31 de março de 64 como uma página de nossa história”.

“Acomodação”

Para Octaciano Nogueira, cientista político da UnB (Universidade de Brasília), o informativo de ontem não traduz a visão das tropas. “Não reflete o pensamento das Forças em si, mas tentativas de acomodação do Comando do Exército em relação aos últimos acontecimentos.”

O professor se refere à polêmica nota de outubro, em que Éper diz que “as medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo”. A crise causou somente a saída de Viegas.

Na avaliação de Nogueira, os governos eleitos depois da ditadura mantiveram instrumentos jurídicos implementados pelos militares e não subordinaram as Forças a autoridades civis da forma como ocorre em outros países. Isso daria ao Exército, segundo o professor, “poder de confrontação” com o governo.

“Naquela nota horrorosa [de outubro] houve incidente entre o ministro da Defesa e o comandante do Exército. O que o governo fez? Manteve o militar insubordinado e demitiu o ministro.”



Sergio Lima/Folha Imagem

CRUZES NA ESPLANADA RELEMBRAM LUTA ARMADA

Cruzes com bandeiras brasileiras foram colocadas ontem no gramado da Esplanada dos Ministérios para lembrar a morte de civis e de militares durante a luta armada no governo militar, instaurado em 31 de março de 1964; em comunicado sobre a data, o Exército não fez referência à ditadura e optou por um tom mais ameno, afirmando que o Exército sempre objetivou exclusivamente os mais elevados interesses nacionais